

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.633.389 - RJ (2019/0362651-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO EST DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA E OUTRO(S) - RJ110146
AGRAVADO : DROGARIAS PACHECO S/A
ADVOGADOS : GUILHERME SANTOS HANNA - SP222536
RAFAEL AGOSTINELLI MENDES - SP209974

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO EST DO RIO DE JANEIRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA MULTA CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EXIGÊNCIA DE PAGAMENTO DE PORTE DE REMESSA E RETORNO PARA ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO RESOLUÇÃO Nº 566/12 IMPOSSIBILIDADE APELO NÃO PROVIDO.

1. Cuida-se de apelação interposta pelo Conselho Regional de Farmácia - CRF em face de sentença que julgou procedente o pedido dos embargos para reconhecer a nulidade da CDA que fundamenta execução fiscal, em razão de exigência do pagamento de porte de remessa e de retorno para o julgamento de recurso.

2. O Conselho Federal de Farmácia editou a Resolução nº 566/2012, que aprovou o regulamento do processo administrativo fiscal dos Conselhos Federais e Regionais de Farmácia, dispondo, em seu artigo 15, § 1º, que o recurso administrativo será considerado deserto e não encaminhado ao CFF se não houver o pagamento de porte de remessa e retorno dos autos através de boleto bancário oriundo de convênio específico.

3. Entretanto, é reconhecida pelo Colendo Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade da exigência do depósito prévio para fins recursais na seara administrativa (Súmula Vinculante nº 21).

4. A Lei nº 3.820/60, que pauta a atuação dos Conselhos Regionais de Farmácia, não exige a necessidade de recolhimento de porte de remessa e retorno como requisito para o conhecimento do recurso administrativo, sendo certo que não cabe à Resolução nº 566/2012 inovar, modificar ou extinguir obrigações e direitos não previstos em lei, sob pena de exorbitar

os poderes conferidos.

5. Indevida a exigência feita pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro, amparado pela Resolução CFF nº 566/2012, do pagamento de porte de remessa e de retorno para o recebimento do recurso administrativo da embargante, por ter cerceado o seu direito à ampla defesa (Precedentes: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 2017.51.01.099804-2, Juiz Fed. Conv. FLAVIO OLIVEIRA LUCAS, E-DJF2R 17/11/2017; AC 2017.51.01.025123-4, Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 15/09/2017).

6. Apelação não provida. Honorários majorados.

Pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 6º, alínea g, da Lei n. 3.820/60, no que concerne ao reconhecimento da legalidade e possibilidade de exigência do valor a título de porte de remessa e retorno para fins de encaminhamento dos recursos administrativos ao Conselho Federal de Farmácia, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Diversamente do entendimento exarado pelo Tribunal a quo, verifica-se que com base no art. 6º, alínea "g", da Lei 3.820/60 fora editada a Resolução 566/12 pelo Conselho Federal de Farmácia, não havendo que se falar em ausência de previsão legal para tal ato. A Resolução veio justamente com o intuito de viabilizar o correto entendimento e cumprimento do disposto na lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia.

O valor cobrado a título de porte e remessa diz respeito às despesas necessárias para custeio da remessa dos processos da sede do Conselho Regional até a instância julgadora, o Conselho Federal de Farmácia. Tal valor é utilizado apenas para pagamento das empresas responsáveis pelo envio de tais processos, não sendo tal valor revertido aos cofres desta autarquia (fls. 274).

O art. 62, alínea "g" da Lei 3.820/60 atribui competência ao Conselho Federal de Farmácia para expedir as suas próprias resoluções, necessárias ao cumprimento e execução da referida lei. O Tribunal a quo interpretou de forma indevida o referido dispositivo, retirando uma competência regularmente atribuída pelo diploma legal objeto do presente questionamento.

A redação do disposto em comento é clara ao estabelecer tal competência ao órgão máximo desta autarquia, não podendo ser dada outra interpretação senão a que confere legalidade ao ato regulamentar exarado pelo Conselho Federal de Farmácia (fls. 275).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção da

decisão.

Nesse sentido: “Existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para a manutenção do acórdão recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do imprescindível Recurso Extraordinário, de modo a desconstituí-lo. Ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra no óbice da Súmula 126/STJ, segundo a qual 'É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário'. Precedentes do STJ” (AgInt no AREsp 1.288.579/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 821.329/PB, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 13/2/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1.445.887/PR, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no AREsp 1316610/SC, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 6/12/2018; e AgRg no AREsp 800.057/RN, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 14/11/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente